

ESTADO DE GOIÁS
POLÍCIA MILITAR
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIVISÃO DE ENSINO

O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

Oficial - Aluno: Carlos Antônio Borges

MONOGRAFIA CTE - 89

Goiânia, Go Julho de 1989

BAPM

CARLOS ANTÔNIO BORGES

259/9

O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR - GOIÂNIA / GOIÁS

1989

CARLOS ANTÔNIO BORGES

O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

Monografia apresentada como exigência parcial para a conclusão do Curso de Técnica de Ensino pela Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, sob a orientação da professora Edna Lúcia Rodrigues.

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR - GOIÂNIA / GOIÁS

1989

"O objetivo da educação é eminentemente inventivo: criar novos meios para atender ao desafio da altamente flexível capacidade humana num mundo em permanente mutação".

Jarbas Passarinho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
I - OBJETIVOS DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA	07
1. A Língua Portuguesa Vista Pela Lei nº 5.692/71	07
2. Objetivos do Ensino da Língua Portuguesa	08
3. O Currículo em Língua Portuguesa	09
4. A Língua Portuguesa Como Veículo de Comunicação	11
II - ATIVIDADES DO ESTUDO DA LÍNGUA PORTUGUESA	14
1. Linguagem Oral	14
2. Leitura	15
3. Gramática	16
4. Redação	18
5. Literatura Brasileira	19
III - O CURRÍCULO DE LÍNGUA PORTUGUESA NOS CURSOS DA PMGO	21
1. No Curso de Formação de Oficiais	21
2. No Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos	23
3. No Curso de Formação de Sargentos	23
4. No Curso de Formação de Cabos	25
5. No Curso de Formação de Soldados	26
IV - VISÃO CRÍTICA	27
1. Dos Aspectos Gerais do Ensino da Língua Portuguesa ...	27
2. Dos Aspectos Particulares ao seu Ensino na Corporação.	32
V - ASPECTOS RELEVANTES	36
1. Leitura e Interpretação de Textos	36
2. Produção de Textos	37
3. Sugestões	38

CONCLUSÃO	41
BIBLIOGRAFIA	43

INTRODUÇÃO

A Língua Portuguesa é o nosso principal meio de comunicação, agindo assim como fator social, ou seja, é elemento integrante de nossas relações em sociedade. Também se constitui em via de acesso regular à aprendizagem geral, por ser através desta transmitido o conhecimento.

A aprendizagem da Língua Pátria se apresenta como um processo contínuo, não se limitando apenas ao ensino formal, decorrido nos anos da escola de 1º e 2º graus e a nível superior. Ela se inicia antes do aluno ingressar na escola e se desenvolve por toda a sua vida.

Dada a importância da Língua Portuguesa e por uma identificação com tal área do conhecimento, propõe-se o presente trabalho na tentativa de visualizar o ensino de Língua Portuguesa nesta centenária Corporação.

Partindo do contexto geral em que se situa o ensino da Língua Portuguesa no atual sistema educacional brasileiro, analisa-se os objetivos de tal ensino, seu currículo e sua dinâmica, à luz da legislação vigente: a Lei nº 5.692 de 11/08/71 e o Parecer nº 853/71 do Conselho Federal de Educação.

Ainda dentro deste aspecto globalizante, menciona-se as

cinco atividades pelas quais se desdobra o estudo da Língua, enfatizando a importância e a necessidade de tais atividades, para assim adentrar em seu aspecto inter-relacionado com a Polícia Militar.

Direcionado este trabalho para o fim a que se destina, descreve-se o currículo de Língua Portuguesa, vigente nos planos de matérias dos cursos de formação e aperfeiçoamento.

Retorna-se ao contexto geral para situar os aspectos críticos do ensino da Língua no sistema educacional brasileiro, uma vez que tais aspectos se fazem presentes e acompanham o calouro recém matriculado nos cursos da PMGO, para, em seguida, destacar a visão crítica particular ao seu ensino em âmbito interno.

Feita esta análise, procede-se a tomada dos pontos relevantes de tal área do saber, com o levantamento de sugestões a fim de oferecer uma contribuição, ou tentativa de tal, para o aprimoramento deste ensino e de nós próprios, uma vez que, quando se avança um passo no conhecimento, dá-se um salto em direção ao futuro que nos aguarda, seja com vitórias ou com mais batalhas.

I - OBJETIVOS DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

1. A Língua Portuguesa vista pela Lei nº 5.692/71

A área da Comunicação e Expressão é composta pela Língua Portuguesa, Educação Artística e Educação Física. A principal função desta área é o desenvolvimento da linguagem própria de cada aluno, proporcionando equilíbrio físico, intelectual e emocional, manifestando-se na maneira individual de falar, contar e movimentar-se.

Comunicação é entendida como processo de transmissão e recepção de mensagens, enquanto expressão é a caracterização ou manifestação psíquica dessas mensagens.

A Língua Portuguesa, por ser instrumento de comunicação e por ser parte obrigatória de todos os currículos escolares em âmbito nacional, merece especial atenção.

Inserir-se a Educação Artística na área da Comunicação e Expressão por ser aquela compreendida como linguagem simbólica, que é também forma de expressão, proporcionando o desenvolvimento de uma personalidade integrada e de um potencial criativo próprio de cada aluno.

A introdução de Educação Física nessa área se justifica pe

la representação dos movimentos, principalmente os gestos, lingua gem comum a todos os homens. Seu objetivo é desenvolver habilida des de coordenação motora, através da compreensão das possibilida- des de expressão corporal. Na educação física o educando, através do movimento expressa sentimentos, idéias e emoções que, muitas ve- zes, não se traduzem por palavras.

2. Objetivos do ensino da Língua Portuguesa

Com referência a esse aspecto a Lei nº 5.692/71 determina em seu Art. 1º §2º: "O ensino de primeiro e segundo graus será mi nistrado obrigatoriamente em língua nacional". E em seu Art. 4º § 2º: "No ensino de primeiro e segundo graus dar-se-á especial rele vo ao estudo da língua nacional, como instrumento de comunicação e como expressão da cultura brasileira".

A lei apresenta aspectos mais objetivos, com referência à lei anterior de nº 4.024/61, a saber:

- registra oficialmente a expressão língua nacional e não mais Por tuguês;
- a Língua é encarada "como instrumento de expressão da cultura brasileira";
- este tratamento é dado ao estudo da Língua, tanto no ensino de 1º grau, quanto no de 2º grau.

O ensino na área de Comunicação e Expressão, abrangendo ob- jetivos que englobam a formação integral da personalidade, visará "o cultivo de linguagens que ensejem ao aluno o contato coerente com os seus semelhantes (comunicação) e a manifestação harmônica de sua personalidade nos aspectos físico, psíquico e espiritual (expressão), sem deixar de ressaltar a importância da Língua Portu guesa 'como expressão da cultura brasileira'".¹

1. PARECER Nº 853/71. Rio de Janeiro, Ed. Aurora, 1971, pag. 31.

Comunicação é um ato social deliberado, onde há um emissor que envia mensagens e um receptor que as recebe. Assim sendo, como disposto no Art. 4º da lei supracitada, a Língua Portuguesa é proposta ao aluno, essencialmente, como instrumento de comunicação, ou seja, meio de:

- emissão de mensagens pelo falar e pelo escrever;
- recepção de mensagens pelo ouvir e pelo ler.

A este respeito o Parecer nº 853/71, do Conselho Federal de Educação, esclarece: "A Língua Portuguesa, portanto, será encarada como o instrumento por excelência de comunicação no duplo sentido de transmissão e compreensão de idéias, fatos e sentimentos e sob a dupla forma oral e gráfica, o que vale dizer leitura, escrita e comunicação oral".

A Língua Portuguesa, como matéria obrigatória do Núcleo Comum e parte integrante do currículo pleno, deve ser proposta ao aluno não apenas como instrumento de comunicação, mas também como forma natural de comportamento. Para tanto, deve ser analisada em sua estrutura e em seu funcionamento, ao mesmo tempo em que é ressaltada como expressão da cultura brasileira em textos literários, em prosa e verso, jornalísticos, humorísticos e canções incluindo a linguagem cotidiana culta, deve conduzir a uma compreensão de nossa história, de nossa literatura e de nossos valores mais típicos.

3. O currículo em Língua Portuguesa

O currículo em Língua Portuguesa é o conjunto de todas as experiências em Comunicação e Expressão vivenciadas e realizadas pelo aluno sob a responsabilidade da escola.

Ao longo dos oito anos do 1º grau e dos três anos do 2º grau o currículo deve apresentar:

- integração vertical;
- integração horizontal;
- hierarquia sequencial de conceitos;
- estratégias necessárias para desenvolver a criatividade;
- integração sistemática e assistemática que favoreça o autodesenvolvimento.

A integração vertical prevê a continuidade, a coerência e o encadeamento lógico das experiências de aprendizagem em Língua Portuguesa.

A integração horizontal caracteriza-se por uma série de experiências de aprendizagem relacionadas em torno de elementos integradores, visando a dar um sentido mais amplo, mais global e abrangente a estas atividades.

A visão da Língua Portuguesa como "forma natural de comportamento" e "como instrumento de comunicação e como expressão da cultura brasileira", se conjuga com a necessidade de desenvolver o aluno, objetivando suas possibilidades, seu nível, suas necessidades, suas aspirações e seu direito de participar em uma tarefa, no qual o maior interessado é o próprio aluno.

A aplicação de estratégias, ao encargo dos professores, será de acordo com a criatividade deste, visando atingir o aluno de forma significativa em termos de mudanças de comportamento de língua, o que redundará em desenvolvimento, em atualização de suas próprias potencialidades. Quando houver mudança de comportamento, isto é, novas formas de interpretar uma mensagem, é porque está havendo aprendizagem.

O aluno é um ser em constante transformação, acompanhando a evolução do tempo e das coisas à sua volta, dentro de um processo de atualização contínuo e crescente, o que acarreta readaptação.

ções, constantemente. Seu aprendizado em Língua Portuguesa exige uma reflexão constante, voltada mais para o futuro do que para o passado, mais para reestruturar seu pensamento de forma lógica verbalizando situações e interpretando-as, segundo sua própria experiência (assistemática), do que para a reabsorção de estruturas anteriores (sistemática).

Em suma, o aluno dos dias de hoje precisa ser preparado para enfrentar situações novas, através de treinamentos contínuos desenvolvendo sua criatividade e originalidade.

4. A Língua Portuguesa como veículo de comunicação

A missão do professor de Língua Portuguesa é essencialmente educativa, pois o aluno adquire hábitos e atitudes, desenvolvendo a capacidade criadora no uso da língua como principal veículo de comunicação.

Sendo quatro os elementos do processo de comunicação: o emissor, o receptor, o canal/código e a mensagem, a relação entre tais elementos e o processo ensino-aprendizagem consiste na aquisição de habilidade de comunicar-se com os outros de maneira ampla e eficaz e na aquisição da habilidade em usar a língua em outras áreas de estudo, ajustando-as especificamente.

A língua é instrumento essencial, efetivo e exclusivamente humano de comunicação. Desenvolver o aluno como emissor e receptor de mensagens é uma das responsabilidades da escola de 1º e 2º graus.

O emissor é a pessoa que fala ou escreve - o receptor é a pessoa que ouve ou lê. O emissor codifica a mensagem - dá-lhe forma física, transforma-a em código - o receptor decodifica a mensagem - traduz absorvendo seu sentido.

Entre o emissor e o receptor deve haver o domínio do mesmo código e também o mesmo nível de experiências e objetividade.

A língua, sendo instrumento de comunicação, apresenta objetivos tanto em relação ao emissor, quanto ao receptor.

Com relação ao emissor:

- emitir mensagens, comunicando idéias, fatos, necessidades e emoções;
- codificar e avaliar o conteúdo das mensagens, eficientemente.

Com relação ao receptor:

- captar as mensagens enviadas pelo emissor;
- decodificar e criticar o conteúdo das mensagens, eficientemente.

Sintetizando os objetivos relativos ao emissor e receptor, o ensino da língua visa a:

- ensinar o aluno a falar (habilidade motora do aparelho fonador);
- ensinar o aluno a escrever (habilidade motora das mãos);
- ensinar o aluno a ouvir (habilidade auditiva);
- ensinar o aluno a ler (habilidade visual).

A integração de todos estes objetivos do ensino da Língua Portuguesa deve proporcionar aos alunos condições para se tornarem indivíduos capazes de:

- desenvolver uma personalidade integrada, numa coordenação de equilíbrio físico, intelectual e emocional, incentivando, assim a comunicação;
- desenvolver a linguagem individual, fruto de experiências pessoais, que se vai manifestar na maneira de falar, ajustando-a a seu grupo;
- desenvolver a auto-realização, auto-afirmação, desinibição e socialização pela eficiência da linguagem;

- familiarizar-se com os meios de comunicação e também com as manifestações artísticas populares e eruditas, objetivando sua integração na cultura brasileira;
- usar, continuamente, a imaginação criadora, pelo processo de discernimento;
- expressar e comunicar-se utilizando os vários recursos da criatividade expressiva, com discriminação de valores;
- ampliar o campo perceptual através do aspecto subjetivo de interpretação individual;
- desenvolver e treinar a coordenação psicomotora geral e a sensibilização sensorial: linguagem, visão e audição;
- desenvolver a capacidade de organização, conceituação e controle;
- desenvolver a capacidade de avaliar e apreciar os valores estéticos;
- desenvolver a capacidade de convívio, cooperação e decisão;
- integrar-se no processo de evolução da sociedade, identificando-se com seu papel."²

2. HOSS, Myriam da Costa. Prática do Ensino da Língua Portuguesa . Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1981 pag. 27.

II - ATIVIDADES DO ESTUDO DA LÍNGUA PORTUGUESA

1. Linguagem oral

A linguagem oral é utilizada pelo homem para comunicar e expressar seu pensamento, utilizando o vocabulário adquirido no dia-a-dia.

As habilidades de comunicação (ouvir, falar, ler e escrever) estão intimamente relacionadas, não sendo possível o desenvolvimento de cada isoladamente. Na vida em comunidade somos, de certa forma, solicitados sobretudo a ouvir e a falar, muito mais do que a ler e escrever. Do presente exposto, a escola, sob qualquer pretexto, não pode omitir-se na exploração da linguagem oral.

Mesmo nas fases mais adiantadas do processo educacional, mesmo que os alunos já tenham um bom desempenho linguístico oral, este desempenho pode e deve ser aperfeiçoado, levando em conta as características psicológicas de cada um, o que proporciona desenvolvimento do pensamento formal e das posições filosóficas e éticas adotadas pelos alunos.

São técnicas de linguagem oral, utilizadas para proporcionar o desenvolvimento desta habilidade:

- exposição;
- entrevista;
- discussão;

- teatro.

A avaliação da linguagem oral é tão importante como difícil, por sua própria natureza. Algumas vezes pode ser usada a auto-avaliação ou a feita pelos colegas, em vez da feita pelo professor. É indispensável que o treinamento da linguagem oral parta dos hábitos de linguagem do próprio aluno, podendo assim, aperfeiçoar seu desempenho linguístico.

2. Leitura (estudo de texto)

Entendemos por texto a transcrição gráfica de nossa linguagem verbal. Ler é receber uma mensagem escrita, onde o receptor ' compreende e integra essa mensagem.

A leitura, desde o início de sua aprendizagem, deve ser focalizada como um instrumento básico de cultura; deve ser interpretada como instrumento para realização, seja de uma informação, um conhecimento, um prazer ou de simples entretenimento.

O ensino da leitura proporciona ao aluno condições para a percepção das formas gráficas escritas, compreendendo-lhes o significado. Com relação à leitura oral, visa a traduzir sinais e símbolos da escrita em sons articulados.

São três as funções principais da leitura no quadro da comunicação:

- informar;
- educar;
- divertir.

Geralmente os textos apresentam duas ou todas as funções ' descritas acima.

São duas as direções que podem ser dadas em um estudo de texto: estudar o texto como um valor em si mesmo, objetivando de desenvolver no aluno a sensibilidade, o senso crítico e as habilidades de leitura e compreensão, ou utilizar o texto como um instrumento para atingir outros objetivos na área da aprendizagem, como por exemplo, o ensino de todas as outras disciplinas: História, Ciências, Geografia, etc.

O desenvolvimento da leitura está intimamente relacionado com os demais aspectos do estudo da Língua Portuguesa: com o estudo da literatura, com o desenvolvimento da linguagem oral, com o estudo da gramática, com o desenvolvimento da redação.

Entre os inúmeros caminhos que levam um indivíduo a escrever ou falar bem, certamente é a leitura um destes. Geralmente os alunos bons em leitura escrevem e falam melhor.

3. Gramática

Entendemos pela expressão que é "o estudo ou tratado dos fatos da linguagem e das leis naturais que a regulam".¹

São objetivos do estudo gramatical:

- ajudar o aluno a organizar seu pensamento;
- ajudar o aluno a ter opções de expressão;
- criar no aluno melhores condições para a compreensão-mundo e para sua atuação nele.

Sintetizando: tornar o aluno capaz de ouvir, falar, ler e escrever bem, capaz de comunicar-se eficientemente.

1. HOLANDA, Aurélio Buarque de. Dicionário Aurélio. Rio de Janeiro Editora Nova Fronteira, 15ª edição, 1985, pag. 243.

Há, por assim dizer, dois tipos de gramática, quais sejam:

- gramática implícita;
- gramática explícita.

Na primeira o indivíduo é levado a empregar as estruturas da língua incondicionalmente, de modo automatizado, exercitando estas estruturas do mesmo modo que aprendeu a língua. Essa gramática é, portanto, fruto de treinamento que redundam em "posse" da língua.

Na gramática explícita, sob aspecto de teorização, vão ser objeto de reflexão os fatos da língua já interiorizados. Essa explicitação envolve duas etapas: a da pura reflexão (observação e análise) e a de teorização (organização dos dados em um sistema), adquirindo assim a "consciência" da língua.

Os dois tipos de gramática são importantes na escola, observando a sequência adequada ao seu estudo: implícita-explícita.

Para que a exploração da gramática seja realmente válida para o aluno é necessário considerar:

- os fatos a serem explorados devem ressaltar as relações da língua, e não serem estudados isoladamente;
- tais fatos devem ser relevantes, evidenciando os traços específicos da língua;
- deve ser estudado o estágio atual da língua, e não sua evolução através dos tempos;
- é importante salientar as variações da língua, em termos de dialetos, e o estudo das realizações oral e escrita da língua.

A reflexão é a experiência que dá validade ao estudo da gramática. Pouco adianta ao aluno apenas a apresentação de teorias e regras; ele deve ser levado a observar e analisar os elementos

da língua, "descobrimo" a teoria e organizando-as no sistema.

4. Redação

Ao registrar suas idéias o aluno dá expansão ao poder criador, desenvolvendo a capacidade de organizar e expressar clara e corretamente seu pensamento, atendendo, ao mesmo tempo, a necessidade social da comunicação.

No ensino de redação observam-se quatro passos: incentivação, preparo, execução e avaliação.

O aluno só expressa seus sentimentos e pensamentos com criatividade se estiver motivado para isso (incentivação) e se tiver a bagagem de experiências para desenvolvimento do assunto (preparo). A redação deve comunicar, sendo as idéias expostas em sequência, com clareza e lógica. Na avaliação será dado maior valor à continuidade, clareza e originalidade das idéias do que à exatidão gramatical.

O trabalho de redação é um trabalho espontâneo no qual o aluno coloca suas vivências no processo de socialização que o envolve.

Redação não é apenas um exercício proposto, com um tema delimitado, com certo número de linhas. Redação é o produto do ato de redigir. Em termos mais amplos, também é toda composição (um bilhete, um aviso, um slogan) que se faz por escrito.

Através da comunicação escrita, fixam-se os pensamentos podendo superar as barreiras de tempo e espaço. Quando a expressão escrita se põe a serviço do homem para o bem social, os fins da educação se cumprem. O aluno deve ser despertado para a consciência de que as palavras não são instrumento de domínio e opressão.

ra as mais diversas situações sociais.

A melhor maneira de aprender literatura é lê-la; avaliar um aprendizado em literatura é comprovar leituras, seu entendimento, capacidade de análise e de relação com o real, de acordo com o espírito crítico adquirido e/ou desenvolvido pelo aluno.

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

III - O CURRÍCULO DE LÍNGUA PORTUGUESA NOS CURSOS DA PMGO

1. No Curso de Formação de Oficiais (CFO)

1.1. Comunicação e Expressão

Disciplina ministrada na Academia de Polícia Militar (APM) com uma carga horária de 60 horas/aulas. Seus objetivos gerais contêm a propositura de experiências que possibilitem ao aluno "assimilar conhecimentos que o capacitem a interpretar textos e a expressar-se corretamente; e desenvolver a habilidade de comunicar-se mais ampla e eficazmente dentro do grupo social".

Os assuntos desta disciplina são distribuídos em duas Unidades Didáticas (UD), da seguinte forma:

- I Revisão gramatical;
- II Técnica de composição (oral e escrita).

A primeira dispõe de 40 horas/aulas, abordando os aspectos referentes à ortografia, morfologia e sintaxe, objetivando o "emprego dos principais aspectos gramaticais que possibilitem o uso da norma culta da língua".

Já a segunda dispõe apenas de 16 horas/aulas, abordando as formas e técnicas de composição, inserindo também a interpretação de texto. O objetivo desta UD é expresso pela "organização do pensamento e identificação dos tipos de composição que permitem uma

redação e fala com correção, precisão e naturalidade".

Esta disciplina não terá uma avaliação para efeito de registro no histórico escolar. Considerar-se-á o caráter 'de reforço' dado a essa disciplina, pela manutenção da mesma, embora conste no currículo a disciplina Redação Oficial ministrada na Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas (FACH), com unidades didáticas corretas, que analisaremos a seguir.

1.2. Redação Oficial

Ministrada pela FACH, dispendo de 5 créditos. Consta de seu conteúdo programático seis UD, assim distribuídas:

- I Histórico da língua portuguesa, abordando desde as suas origens ao seu desenvolvimento no Brasil;
- II A língua e a linguagem, dando-se ênfase às modalidades e níveis da língua falada e escrita, às diferenças entre língua e fala e às características e funções da linguagem;
- III Gramática, com abordagem da Morfologia, Fonética e Sintaxe, conceituando-as e subdividindo-as;
- IV - Trabalho individual sobre: acentuação gráfica, ortografia e pontuação (valendo um crédito);
- V Morfologia e sintaxe;
- VI Estudo dirigido de interpretação de texto.

Obs.: O plano de matéria da presente disciplina, elaborado por professores da Faculdade Anhanguera, não nos fornece, à primeira mão, nenhuma informação além de seu conteúdo programático. Não traz especificados os objetivos, tanto os gerais, como os específicos das unidades didáticas e dos assuntos. Também ausentam-se os respectivos procedimentos didáticos e o número de aulas por assuntos.

2. No Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS)

Comunicação e Expressão

Objetiva a presente disciplina para o aperfeiçoando "atualizar e ampliar conhecimentos que lhe permitam aperfeiçoar a capacidade de comunicação e expressão".

Possui uma carga horária constante de 30 horas/aulas distribuída nas seguintes unidades didáticas:

- I: Ortografia;
- II: Expressão escrita e oral;
- III: Correspondência oficial.

A primeira UD consta de 8 horas/aulas, destacando-se nela as regras de acentuação gráfica e o emprego de letras que causam certas dificuldades (ch, x, z, ss, sc, ç, j, g...).

Na segunda UD, com carga horária de 9 horas/aulas, aborda-se superficialmente: meios de comunicação, interpretação de textos, técnicas de redação, redação (escrita e oral), o processo de comunicação em nossos dias, a oratória, leitura de contos, crônicas e poesias (interpretação) e revisão de correspondência.

A terceira e última UD, dispendo de 11 horas/aulas, aborda a correspondência em uso na Corporação: ofício, requerimento, relatório e parte.

A verificação da aprendizagem será realizada em uma verificação, apenas.

3. No Curso de Formação de Sargentos (CFS)

Língua Portuguesa

Disciplina ministrada com uma carga horária de 60 horas/aulas. Objetiva-se com a presente disciplina, levar o aluno a "redigir com objetividade, clareza e correção; falar com clareza e correção; adquirir conhecimentos básicos de domínio da forma culta da Língua Portuguesa; ampliar conhecimentos gramaticais adquiridos no ensino de 1º grau e habituar-se à leitura das melhores obras literárias".

Visando o atingimento destes objetivos, o conteúdo acha-se distribuído em cinco UD, de acordo com a seguinte divisão:

- I: Fonética - 13 h/a;
- II: Morfologia - 12 h/a;
- III: Semântica - 04 h/a;
- IV: Sintaxe - 13 h/a;
- V: Expressão escrita - 14 h/a.

A primeira unidade didática aborda aspectos da ortografia, dando ênfase, primordialmente, à acentuação gráfica, pontuação e silábica.

Em Morfologia, visando "identificar os componentes morfológicos mais comuns da Língua Portuguesa" são abordados o estudo da estrutura e formação das palavras e o emprego de prefixos e sufixos, principalmente.

A quarta unidade didática engloba, preferencialmente, o estudo de verbos, regência verbal e nominal e concordância.

Finalizando, a última UD se refere à redação, voltada para os documentos e peças de uso mais comuns na Corporação, tais como ofício, carta, telegrama, ata, relatório de ocorrências policiais,

entre outros.

A avaliação da aprendizagem será realizada através de uma verificação corrente e uma verificação final.

4. No Curso de Formação de Cabos (CFC)

Língua Portuguesa

São objetivos particulares desta disciplina para o CFC:
"propor experiências de aprendizagem que propiciem ao aluno:

- interpretar textos;
- desenvolver a expressão oral no relato de ocorrência e no tratamento com o público;
- redigir documentos de serviço, empregando corretamente as concordâncias verbais e nominais;
- adquirir o hábito de leitura e
- aplicar conhecimentos básicos de redação, concatenação lógica de idéias, reprodução de fatos e interpretação correta de texto".

O conteúdo programático será ministrado em 50 horas/aulas, distribuído em quatro unidades didáticas:

- I: Ortografia - com 12 h/a referentes à pontuação, acentuação gráfica, emprego de iniciais maiúsculas, entre outros.
- II: Morfologia - com 16 h/a enfatizando o estudo de verbos, estudo de pronomes, flexão dos substantivos e adjetivos, classificação das palavras.
- III: Sintaxe - com 12 h/a englobando o estudo dos termos essenciais, integrantes e acessórios da oração, a concordância verbal e nominal.
- IV: Redação oficial - com 8 h/a, com as mesmas características UD V, do CFS.

Como instrução metodológica o professor deverá aproveitar

"todas as oportunidades que se apresentem para a correção da ortografia e o ensino das regras gramaticais".

A avaliação da aprendizagem será realizada através de duas verificações.

5. No Curso de Formação de Soldados (CFSd)

Língua Portuguesa

O plano de matéria do CFSd é uma compilação fiel do plano de matéria do CFC, em nada se diferenciando deste: mesmos objetivos, mesmo conteúdo programático e mesma carga horária.

Obs.: Excluimos deste estudo os currículos do Curso de Habilitação de Oficiais de Administração por ser requisito básico para tal a conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos, já analisado; bem como os dos cursos especiais de formação de sargentos e cabos, por serem cursos de curta duração.

IV - VISÃO CRÍTICA

1. Dos aspectos gerais do ensino da Língua Portuguesa

Faz-se necessário uma menção a estes aspectos, devido ao fato de os mesmos acompanharem os calouros de quaisquer cursos oferecidos em nossa Corporação. O aluno, ao ingressar na Polícia Militar, já traz consigo deficiências do ensino de 1º e 2º graus, se manifestando na comunicação de forma oral, na falta de coordenação do pensamento, quando da interpretação e nas dificuldades de composição, entre outros.

Como já foi mencionado, a gênese desta problemática encontra-se no transcorrer dos anos pelos quais frequentou os cursos de 1º e 2º graus, inclusive a experiência linguística (familiar), anterior à escola.

Segue-se a análise de alguns destes aspectos, sem contudo a apresentação de soluções para estes, devido à sua complexidade e o direcionamento deste trabalho.

São características que têm mais se destacado no ensino da língua portuguesa:

- o apego aos padrões da velha Gramática, nos moldes da tradição clássica, que estabelece normas prévias ou fórmulas condicionantes (teoricismo);

- a rotina de uma repetição dos mesmos enunciados, estendendo-se da escola primária aos cursos secundários;
- a fraca ocorrência da leitura e da composição, ficando assim prejudicada a formação e o desenvolvimento da capacidade criativa.

Faremos, então, uma ligeira análise referente a algumas destas características.

1.1. Expressão e regras gramaticais

Não se dá oportunidade para que o aluno possa descobrir as normas com que se pretende orientar a linguagem. Comumente é levado a decorar uma série de regras gramaticais, pouco auxiliadas por exemplos.

A tradição das regras gramaticais está ligada à influência do academicismo francês dos séculos XVII e XVIII, não adaptado e atualizado de acordo com as conveniências regionais peculiares.

Dá-se mais valor às fórmulas ou regras do que ao valor dos conteúdos. Apegando-se às regras gramaticais o aluno não dá condições de desenvolver o raciocínio e a capacidade criativa, ficando prejudicado seu poder de criação. Se um enunciado se antecipa à oportunidade em que o aluno pode e deve pensar, o mesmo não cria condições de aprender, por toda a vida .

A Língua deve ser para o aluno um laboratório, desenvolvendo, ele próprio, experiências sobre o mecanismo da comunicação.

1.2. A presença das definições

A preocupação maior dos alunos é recitar de memória, além das regras, respostas a certas perguntas, tais como: O que é pronome? Às vezes, se o aluno recita as definições, sem conseguir elabo

rar exemplos, tem-se como correta a resposta. Relega-se, assim, a funcionalidade da linguagem a um plano secundário.

Se tivéssemos que definir todo fato da linguagem, as definições se tronariam tão numerosas que, além de ser praticamente impossível retê-las na memória, passariam a um plano inferior o estudo dos registros efetivos.

1.3. A nomenclatura gramatical

Acontece o mesmo com o ensino das regras e definições: o aluno decora, sem observar o fato linguístico. No ensino da gramática poucas vezes se nota alguma preocupação com os motivos que justifiquem a nomenclatura. Esta só poderá ser assimilada se o aluno a descobre. Ex: O termo "personificação" identifica-se muito mais natural e espontaneamente que o termo "prosopopéia" (figura de linguagem). As terminologias específicas e convencionais são melhor assimiladas após as terminologias espontâneas.

1.4. Deficiências na expressão fundamental

O maior dos fatores responsáveis pela limitada capacidade de expressão oral e escrita de nossos alunos está na tradição gramaticista no ensino de Português, caracterizada pelos aspectos até agora citados.

Uma das causas mais marcantes desta deficiência resulta da ocorrência mínima ou falta da leitura e da composição, exercícios estes indispensáveis para o desenvolvimento do poder de expressão.

A especificação cada vez maior de funções na sociedade, o poder de síntese da imagem, o caráter de lazer dos meios audiovisuais, o computador, as tensões da vida moderna, tudo isso contri

bui para que o indivíduo evite, ao máximo, o trabalho de ler e escrever; conseqüentemente suas habilidades de leitura e redação não se desenvolvem.

A linguagem oral não é explorada eficientemente nas escolas de 1º e 2º graus, devido à preocupação com os exames vestibulares, que excluem este aspecto, com as provas escritas, que dão uma direção oposta à linguagem oral. Com isso não há aperfeiçoamento ' desta habilidade.

1.5. Análise sintática

A análise sintática tem sido colocada na posição de matéria mais importante nos programas de Língua Portuguesa, sob o pretexto de desenvolvimento do raciocínio e a correção da linguagem, em detrimento da leitura, da interpretação de textos e da prática da composição.

Sua presença frequente, repetida e invariável acaba afetando a atração do aluno pelo estudo da Língua. Um de seus resulta-'dos mais evidentes é reduzida capacidade de expressão que acomete a maioria dos alunos.

"Análise sintática é a análise da sintaxe. Sintaxe é a parte da Gramática que trata da estrutura da frase e se divide em sintaxe de concordância, regência e colocação".(Brito, 1972)

Entretanto o que se tem ensinado como análise sintática ' não tem ido além de um estafante e improdutivo malabarismo de terminologia, com a preocupação de enquadrar os fatos da linguagem na nomenclatura classificatória dos termos e das orações. Há uma constante repetição dessa terminologia, de forma mecânica, pondo pouco ou nenhum esclarecimento às dúvidas do aluno. Os exercícios com os quais se defronta o aluno parecem que mais o embaraça do que o faz

pensar, pois a terminologia aparece como um conjunto de informações arbitrárias.

Por tudo isso, o processo em questão não apenas cria condições para que o raciocínio deixe de se desenvolver, como torna ainda mais estreitos os caminhos para o progresso da linguagem posta a serviço da comunicação e do alicerçamento das idéias.

1.6. O Português de nossos vestibulares¹

"Penço", "derrepente", "oje", "nóis", são alguns dos erros ortográficos mais frequentes no vestibular da UFG no primeiro semestre de 1989.

Além dos ortográficos, foi constatada ainda uma grande quantidade de erros de concordância verbal, do tipo: "a gente vamos" e "nós precisa"; também de colocações pronominais: o "lhe" no lugar do "te" e vice-versa, troca do "se" pelo "si" e pronomes que não se refere ao sujeito da oração. Ainda, o que é mais grave, a ausência de coordenação do pensamento, faltando sequência lógica do raciocínio, escrevendo frases soltas que não refletem nenhum significado.

Os sinais de pontuação e acentuação praticamente são in-existent. A maioria utiliza o ponto apenas como separador de frases, ignorando a função da vírgula, ponto e vírgula e demais sinais de pontuação.

O mais preocupante, contribuindo para o crescimento da problemática, é que a exigência para que o aluno não seja eliminado é mínima. As provas de Português, Literatura e Redação somam 150 pontos

1. Maréria publicada no Caderno Dois do jornal O Popular de 15/03/89, sob o título "A falência do Português".

tos, enquanto a exigência mínima é de 30 pontos.

O pensamento do pró-reitor de graduação da Universidade Federal de Goiás, Ildeu Moreira, reflete a situação de falência do ensino de 1º e 2º graus e as dificuldades da universidade em romper com o círculo vicioso do mal ensino: "A maioria dos alunos, mesmo depois de passar onze anos na escola, ainda pode ser classificada como analfabeta, pois não consegue interpretar um texto simples ou mesmo escrever um bilhete".

Acrescenta que a culpa não é somente do aluno; no fundo reflete a degradação do ensino de 1º e 2º graus, "decorrente de uma política governamental que não prioriza a educação em geral", bem como a falta de preparação dos professores, onde "neste país qualquer um pode dar aula, sem critérios seletivos, o que vem transformando as escolas numa brincadeira de mal gosto".

2. Dos aspectos particulares ao seu ensino na Corporação

A presente crítica, faz-se necessário notar, é feita à luz dos planos de matérias dos currículos em Língua Portuguesa, atualmente colocados em prática em nossa Corporação.

De posse deste planejamento, não tendo o conhecimento apurado a respeito de tal ensino, criticamos na posição de leigos que somos. Pela bagagem cultural acumulada no transcorrer dos anos dos ensinos formal e informal e através do senso crítico em nós formado, analisaremos alguns aspectos particulares ao ensino da Língua Portuguesa na PMGO, apresentando sugestões para esses questionamentos no capítulo que sucede o presente.

2.1. A denominação "Comunicação e Expressão" empregada para os cursos CFO e CAS não condiz com o ensino em voga na PMGO uma vez que, como nos referimos anteriormente, a Área de Comunicação e

Expressão é formada pela Língua Portuguesa, Educação Artística e Educação Física e, segundo a legislação vigente, "para efeito de obrigatoriedade atribuída ao Núcleo Comum, incluem-se como conteúdos específicos das matérias fixadas: a) em Comunicação e Expressão - a Língua Portuguesa; (...)" , o ensino desta área em nossas unidades de ensino restringe-se apenas ao estudo da Língua Portuguesa. O estudo da Comunicação e Expressão é mais abrangente, enquanto o estudo daquela é mais restrito, como uma das partes desta.

2.2. O ensino da Língua Portuguesa no CFO não deve ser iniciado pelas regras gramaticais, o que não dá oportunidade ao aluno de descobrir as normas que orientam a linguagem. Elas, desta forma, são impostas ficando o aluno desprovido do desenvolvimento do raciocínio e da capacidade crítica de avaliar. Deve-se partir primeiramente do estudo de textos e da prática da composição, para depois partir-se ao estudo da gramática.

Pela importância de se diagnosticar as necessidades do aluno e de se acompanhar seu desempenho a verificação da aprendizagem é, desta forma, indispensável, mesmo que se tenha a avaliação por parte da Faculdade Anhanguera.

2.3. A carga horária que dispõe o currículo do CAS é reduzidíssima para se abordar a universidade dos assuntos propostos - alguns deles desnecessários, tais como: o processo de comunicação em nossos dias, meios de comunicação, a reforma ortográfica - como se vê no caso das técnicas de redação, onde dispõe-se somente de uma aula, o que é praticamente impossível, dada a sua complexidade e a necessidade de praticá-la.

Outro aspecto a ser colocado é que o plano de matéria de que dispomos é completamente desatualizado, referente ao biênio 1980-1981. Também a carga horária não se adequa à estabelecida pela NPCE (Normas para Planejamento e Conduta do Ensino), constante

de 40 horas/aulas.

2.4. A unidade didática V, do CFS, Expressão Escrita e a unidade didática IV do CFC e CFSd, Redação Oficial não são compatíveis com o ensino da Língua Portuguesa, uma vez que se tratam de documentos em uso na Corporação e o seu ensino obedece a formulários, estética e o uso de lugares comuns, o que redundará na crítica proposta neste trabalho - regras gramaticais. As respectivas unidades didáticas se adaptam na disciplina Comunicações, constante do currículo dos três cursos em questão.

2.5. O conteúdo programático do currículo do CFS é bem mais diversificado que o do CFO. Considerando que o nível escolar exigido para o ingresso no CFS é de, no mínimo, 1º grau e de que a carga horária é igual a do CFO em 60 horas/aulas, não há como compatibilizar esta vastidão de conteúdos com a referida carga horária. Como o ensino de Língua Portuguesa na PMGO não visa dar o prosseguimento ao ensino anterior do aluno e sim adaptá-lo ao uso da língua no desempenho de suas funções, o conteúdo programático está além das expectativas do 1º grau, como por exemplo: a frase nominal, pura e copulada (UD III), o nascimento da estrutura sintática da Língua Portuguesa (UD IV).

O referido conteúdo é excessivamente formulado sobre a gramática, abordada em 70% da carga horária. Não se destacam a presença da leitura e da composição e dos exercícios de textos. A unidade didática V se refere à redação apenas relacionada aos documentos de uso interno, o que, de modo algum, desenvolve o poder de criação.

2.6. "Habituar-se à leitura das melhores obras literárias" é um dos objetivos particulares da Língua Portuguesa no CFS. Mas no seu conteúdo programático não se dá ênfase a este aspecto; não há como ser atingido este objetivo.

2.7. O currículo de Língua Portuguesa do CFC é uma cópia fiel do currículo do CFSd ou vice-versa, o que contraria o princípio da objetividade do ensino, onde o mesmo "deve partir, em cada curso, do nível de conhecimentos adquiridos anteriormente, evitando-se repetições desnecessárias"², bem como o princípio da continuidade em que o ensino "deve ser um processo contínuo, evolutivo e permanente"³. Atualmente, para se frequentar o CFC é necessário a conclusão com aproveitamento do CFSd; o que se tem é uma repetição desnecessária e cansativa dos mesmos assuntos abordados no curso anterior, não havendo a evolução dos conhecimentos adquiridos.

2.8. Tal qual o currículo do CFS, também no CFC e CFSd o ensino é completamente direcionado ao ensino gramatical, abrangendo 80% da carga horária disponível, sendo pouco, ou nada, explorado o uso da leitura, das aulas interpretativas de texto e da composição.

Obs.: Eximimo-nos das críticas à Redação Oficial ministrada pela Faculdade Anhanguera, por estar esta fora de nossa coordenação, dificultando assim a tentativa de mudanças no seu currículo.

2. Normas para o Planejamento e Conduta do Ensino - NPCE. Diretoria de Ensino da Polícia Militar - GO, 1988-89, pág. 02.

3. Idem.

V - ASPECTOS RELEVANTES

As unidades básicas do ensino da Língua Portuguesa constam de dois tipos de práticas: a prática da leitura e interpretação de textos e a prática da produção de textos (redação).

1. Leitura e interpretação de textos

O professor de Língua Portuguesa não pode dispensar o uso frequente dos textos. Eles não só comportam os valores informativos e ideológicos, como também a organização das formas linguísticas. Por isso, enquanto se analisam as informações e as idéias, também vão sendo assimiladas, consciente ou inconscientemente, as respectivas estruturas da linguagem, o que proporcionará ao aluno uma boa expressão oral e escrita, embora sem se fazer estudos especificamente gramaticais.

Um texto, para que alcance estas finalidades, exige a preparação de seu estudo fundada em uma escolha conveniente de seu conteúdo. O texto escolhido deve, então, vincular-se a uma finalidade específica.

Feita esta escolha, procede-se a sua leitura pelos alunos com o respectivo comentário, oral ou escrito, abordando o estudo de seus aspectos: a sua estrutura (organização do conteúdo); o tipo de conteúdo que oriente a composição do aluno; os dados que in

teressem especificamente à formação da cultura linguística.

A interpretação de textos é um exercício fundamental para se aproveitar a inteligência do estudante e desenvolver-lhe um senso crítico, quando ele mesmo descobre os caminhos para a investigação e os recursos para a ordem de suas idéias.

2. Produção de textos

Pela composição se realiza, efetivamente, o propósito de desenvolver a capacidade de criação e de expressão escrita do aluno. Através da escrita organiza-se a mensagem, dando oportunidade para que os dados se encadeiem mais racionalmente em torno de um ponto de referência.

O exercício da composição dá ao aluno oportunidades para um reexame de sua própria linguagem. Por ela o professor pode avaliar o nível da linguagem dos seus alunos, tendo condições de orientar objetivamente o estudo da Língua. É também um trabalho que requer do aluno a aplicação de concentração para criação e de disciplina na organização de idéias, sendo um excelente instrumento de educação.

Pela composição podem destacar-se algumas dificuldades do aluno, virtudes e aptidões, o que possibilita ao professor uma melhor orientação ao aluno.

No entanto, no transcorrer do ensino de 1º e 2º graus, a prática da redação, muitas vezes, tem sido relegada a um plano secundário nos estudos da linguagem.

Como já dissemos anteriormente, a composição visa desenvolver a capacidade de criação e de expressão escrita. Então, para se escrever melhor é necessário escrever mais, pois é através da prá

tica constante que se alcança o aperfeiçoamento desta capacidade.

3. Sugestões

Ao analisarmos os pontos críticos, presentes nos currículos dos vários cursos oferecidos na Corporação, propusemo-nos o levantamento de sugestões para a problemática diagnosticada. Cum pre, primeiramente, salientar que, devido às deficiências do sistema educacional e às características do ensino da Língua Portuguesa (Capítulo V), não podemos, de modo algum, corrigir essas deficiências.

Podemos, isso sim, minimizar os efeitos dessa aprendizagem deficiente, envidando esforços para o diagnóstico dos problemas e das alternativas para tais. Em face aos aspectos particulares ao ensino da Língua Portuguesa na PMGO e aos aspectos relevantes de tal ensino (Capítulos V e o presente, respectivamente), propomos:

3.1. Denominação de "Língua Portuguesa", e não "Comunicação e Expressão", nos cursos CFO e CAS, pelos motivos já justificados no Capítulo V.

3.2. Inversão da sequência das unidades didáticas de Língua Portuguesa no CFO, começando pela composição e interpretação de textos, para depois revisar a gramática.

Avaliação do conteúdo ministrado na APM, fazendo-se a média aritmética com a disciplina Redação Oficial, ministrada pela FACH.

3.3. Atualização e reformulação do currículo do CAS, com o aumento da carga horária e o ensino voltado especificamente para a prática de leitura e interpretação de textos e a redação, uma vez que, sendo para tal alunos em idade avançada, não se faz necessá

rio ou eficiente o estudo de regras e fórmulas. É necessário, en tão, que o sargento aperfeiçoando desenvolva sua expressão escri ta, sua comunicação oral e seu senso crítico, que muito contribui-
rão para o desempenho de suas funções.

3.4. A UD V e a UD IV, dos cursos CFS e CFC/CFSd, respectivamente, que tratam da redação de documentos em âmbito interno in corporariam-se na disciplina Comunicações, disponível em todos es tes cursos, pelos motivos expostos no Capítulo V. Entende-se por comunicações um termo mais abrangente que a efetivada pelos rádios transceptores.

3.5. Simplificação do conteúdo programático no CFS, excluindo alguns aspectos do estudo gramatical (uma vez que esta abrange 70% da carga horária) incompatíveis com o nível escolar mínimo exigido. Inclusão da prática de composição e do estudo de textos, em pelo menos 50% da carga horária, anterior ao estudo da gramática.

3.6. Exclusão do último objetivo particular da disciplina' no CFS: "Habituar-se à leitura das melhores obras literárias", uma vez que não se explora ou não se atinge este objetivo.

3.7. Inclusão da disciplina Comunicação Oral no rol de disciplinas dos cursos CAS e CFS, dada a posição do sargento, principalmente à frente de destacamentos no interior, destacando-se, muitas vezes, como um líder em sua comunidade. Deste modo, precisam a primorar e aperfeiçoar essa habilidade, que é primordial ao conví vio em sociedade, demonstrando, com isso, uma boa imagem de nossa Corporação.

3.8. Formulação de um currículo de Língua Portuguesa para o CFC, obedecendo os princípios da objetividade e da continuidade, referentes ao ensino na PMGO.

3.9. Reformulação do currículo de Língua Portuguesa do CFSd, que em 80% da carga horária aborda o estudo gramatical, com a inclusão da prática de composição e da prática da leitura e interpretação de textos em pelo menos 50% da carga horária, anterior ao estudo da gramática.

3.10. Constante revisão curricular, feita por professores' especializados e com conhecimento prático do assunto, visando um diagnóstico mais seguro e eficiente dos pontos debilitados do nosso ensino de Língua Portuguesa, com a proposição de reformulações' dos currículos para adequarem-se às necessidades do educando, bem como minimizar os efeitos deficientes de sua aprendizagem no sistema educacional brasileiro.

3.11. Despertar o interesse do aluno para a importância da Língua Portuguesa, com palestras e conferências realizadas por professores com capacitação para tal.

CONCLUSÃO

Como foi visto, o problema que envolve o estudo da Língua Portuguesa é muito complexo. O aluno, ao término de seu período passado nas escolas de 1º e 2º graus, de maneira alguma pode se tornar profundo conhecedor desta matéria; o que se exige, porém, é que ele esteja apto a utilizá-la como veículo de comunicação em suas relações interpessoais e como meio de acesso à cultura geral.

Portanto, a Língua Portuguesa deve ser apresentada ao aluno como uma atividade de comunicação e expressão, procurando desenvolver "a capacidade de observação, criação, discriminação de valores, julgamento, comunicação, convívio, cooperação, decisão e ação". (Resolução nº 853/71 do Conselho Federal de Educação)

Não se pode, de modo algum, corrigir as deficiências que o aluno apresenta nos cursos da PMGO - o que de certa forma seria impossível - mas pode-se minimizar os efeitos de uma aprendizagem deficiente do sistema educacional vigente, através de uma constante revisão de nossos currículos destinada a diagnosticar tais falhas, apresentando alternativas para o problema.

Ressalta-se, também, que o interesse do aluno em relação a tal área do saber é primordial para o seu desenvolvimento próprio. A captação dos ensinamentos referentes à Língua não se faz somente através do ensino formal. Tendo o interesse, ele próprio buscará o

aprimoramento de seus conhecimentos através de leituras proveitosas, de boas obras literárias, de jornais, livros, revistas, de onde estará não só captando valores informativos, ideológicos e de-leitosos, como também estará organizando as formas linguísticas e suas estruturas, consciente ou inconscientemente.

Aliado a isso, o aluno também deve escrever; não importa o quê - cartas, poemas, redações, documentos de âmbito interno, livros, etc - a fim de desenvolver sua capacidade de criação e de expressão escrita, avaliando, constantemente, sua própria linguagem. Deve então praticar, pois é através da prática que se alcança (ou situa-se bem próximo) a perfeição.

Pela sua importância, a Língua Portuguesa, como parte da educação geral, está incluída como via de acesso ao acervo comum das idéias e do conhecimento, inserindo o educando na sociedade e no momento histórico, econômico, social e cultural em que vive, formando-o para o desempenho de papéis altamente relevantes no acelerado desenvolvimento de nosso país, qualquer que seja seu grau de escolaridade. Pois, como foi dito anteriormente, a Língua é um fator social.

BIBLIOGRAFIA

- BECHARA, Evanildo. Ensino da Gramática. Opressão? Liberdade? São Paulo, Editora Ática S.A., 1987.
- BRITO, Manoel Bueno. Metodologia do Ensino de Português. Goiânia, Editora Oriente, 1972.
- CALDAS, Margareth. A Falência do Português. Jornal O Popular, Goiânia, 15 de março de 1989, pag. 17 2º caderno.
- CUNHA, Celso. Língua Portuguesa e Realidade Brasileira. Rio de Janeiro, Editora Tempo Brasileiro Ltda, 1970.
- GERALDI, João Wanderley. Possíveis Alternativas para o Ensino de Língua Portuguesa. Goiânia, Departamento de Desenvolvimento Pessoal da Delegacia Metropolitana de Educação, 1987.
- HOSS, Myriam da Costa. Prática de Ensino da Língua Portuguesa. 2ª ed. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. 1981.
- LEI Nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus e dá Outras Providências.
- MEC - A Escola de Primeiro Grau e Currículo. In: Série Ensino Fundamental, nº 4, Brasília, Ministério da Educação e Cultura.
- NPCE - Normas para o Planejamento e Conduta do Ensino. Goiânia, Diretoria de Ensino da Polícia Militar do Estado de Goiás, 1988.
- PARECER Nº 853/71. Núcleo Comum para os Currículos do Ensino de 1º e 2º Graus. Rio de Janeiro, Editora Aurora, 1971.
- PINTO, Virgílio Noya. Comunicação e Cultura Brasileira. São Paulo,

Editora Ática S.A., 1986.

PLANOS DE MATÉRIAS. Cursos CFO, CAS, CFS, CFC e CFSd. Goiânia, Di
retoria de Ensino da Polícia Militar do Estado de Goiás, 1989.

SOARES, Magda Becker. O Ensino de Língua Portuguesa e Literatura '
Brasileira no 2º Grau. Brasília, Ministério da Educação e Cul
tura/Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus, 1981.